



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

NOVOS OLHARES SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DO ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES BOLSISTAS NO ENSINO SUPERIOR

Saulo Pfeffer Geber¹

RESUMO

Neste trabalho, buscou-se realizar uma reflexão sobre a prática educativa de docentes do ensino superior, a partir da ampliação do acesso de estudantes bolsistas em universidades privadas. As reflexões aqui estabelecidas têm como base uma pesquisa quantitativa que contou com a participação de cerca de 4 mil estudantes beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) em uma universidade particular do Paraná. Dos sujeitos entrevistados, 78% eram jovens; 74% vinham de contexto familiar com renda de até três salários mínimos; 58% conciliavam trabalho e estudos. O estudo evidenciou que apesar da ampliação do acesso ao ensino superior de parcela da população até então privada desta modalidade de ensino, a permanência e aprendizagem seguem sendo um desafio. O ingresso de estudantes bolsistas em universidade privada não veio acompanhado, nas mesmas proporções, de mudanças das práticas pedagógicas das instituições de ensino. Em decorrência de trâmites burocráticos, muitos estudantes bolsistas ingressam quase um mês após o início das aulas. Apesar de seu bom histórico escolar, muitos alunos não tiveram acesso à conteúdos curriculares que são estabelecidos como pré-requisitos em disciplinas iniciais do ensino superior. Outros aspectos também surgiram na pesquisa, como o desconhecimento dos docentes sobre o tempo de deslocamento dos estudantes, dificuldade de alimentação e de socialização com outros estudantes. Reconhece-se, portanto, que a capacitação docente e mudanças da prática pedagógica potencialmente poderiam trazer contribuições para o acesso, permanência e aprendizagem destes estudantes.

Palavras-chave: Prática educativa, estudantes bolsistas, permanência estudantil.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, buscou-se realizar uma reflexão sobre a prática educativa de docentes do ensino superior, a partir da ampliação do acesso de estudantes bolsistas em universidades privadas. As reflexões aqui estabelecidas são resultado de uma pesquisa que estabeleceu como objetivos: conhecer os estudantes Prouni de uma universidade privada do Paraná; identificar o perfil desses sujeitos; analisar suas trajetórias até o ingresso no ensino superior; compreender suas vivências universitárias e localizar as dificuldades enfrentadas para permanecerem estudando.

Optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter quantitativo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário online com perguntas abertas e fechadas que

¹ Psicólogo, mestre e doutor em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, saulo.geber@pucpr.br.



seriam enviadas para todos os estudantes matriculados na instituição pesquisada. O contato com os estudantes bolsistas para a participação na pesquisa foi feito por meio de envio de email, a partir de lista disponibilizada pelo setor de bolsas da universidade.

Ao final, a pesquisa contou com a participação de 3.917 entrevistados, representando mais de 60% dos estudantes Prouni da instituição. Concluída a fase de aplicação dos questionários, iniciou-se o processo de análise dos dados. Estes foram interpretados e confrontados com outras pesquisas educacionais, assim como a produção do conhecimento sobre as temáticas específicas, como trabalho e urbanização.

Dos sujeitos entrevistados, 78% eram jovens; 74% vinham de contexto familiar com renda de até três salários mínimos; 58% conciliavam trabalho e estudos. O estudo evidenciou que apesar da ampliação do acesso ao ensino superior de parcela da população até então privada desta modalidade de ensino, a permanência e aprendizagem seguem sendo um desafio.

O ingresso de estudantes bolsistas em universidade privada não veio acompanhado, nas mesmas proporções, de mudanças das práticas pedagógicas de muitos dos docentes. Em decorrência de trâmites burocráticos, muitos estudantes bolsistas ingressam na universidade quase um mês após o início das aulas. Apesar de seu bom histórico escola, muitos alunos não tiveram acesso à conteúdos curriculares que são estabelecidos como pré-requisitos em disciplinas iniciais do ensino superior.

Outros aspectos também surgiram na pesquisa, como o desconhecimento dos docentes sobre o tempo de deslocamento dos estudantes, dificuldade de alimentação e também de socialização com outros estudantes.

METODOLOGIA

Definido os objetivos de pesquisa, suas justificativas, bem como a revisão bibliográfica sistemática de temas e pesquisas prévias, partiu-se para a definição dos aspectos metodológicos. Optou-se pela realização de uma pesquisa de caráter quantitativo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário online com perguntas abertas e fechadas que seriam enviadas para todos os estudantes matriculados na instituição pesquisada.

Na formulação das perguntas do questionário, optou-se, quando possível, por adaptar questões já desenvolvidas em outras pesquisas como Censo e PNAD. Essa estratégia garante uma maior efetividade, pois replica questões já testadas, bem como permite análises comparativas com pesquisas anteriores. Além disso, muitas perguntas foram construídas

especificamente para a realização da presente pesquisa, buscando compreender aspectos específicos da realidade vivenciada pelo estudante bolsista.

Em uma análise mais geral, pode-se dividir o questionário em dois grandes grupos de perguntas. Em um primeiro conjunto, as questões buscaram levantar informações referentes ao perfil dos estudantes entrevistados, tais como idade, gênero, raça, local de origem, situação familiar, de moradia, vivência escolar etc. Já um segundo conjunto de questões buscou compreender a vivência universitária desses estudantes, identificando curso, período, turno de estudo, modo de transporte para a faculdade, como se alimentam, hábitos de estudos, participação em atividades da vivência universitária e dificuldades que enfrentam em sua formação.

Com o término da construção do instrumento, o projeto da pesquisa foi enviado para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, recebendo parecer favorável para a sua realização (CAAE: 59049516.6.0000.0020).

O contato com os estudantes bolsistas para a participação na pesquisa foi feito por meio de envio de email, a partir de lista disponibilizada pelo setor de bolsas da universidade. Ao final, a pesquisa contou com a participação de 3.917 entrevistados, representando mais de 60% dos estudantes Prouni da instituição. Portanto, trata-se de um conjunto de dados extenso, que permite conhecer de maneira aprofundada a realidade social dos bolsistas que compõem a universidade. Apesar de focalizado em uma instituição, dados a amplitude das questões abordadas e o índice elevado de respostas obtidas, esse banco de dados permite iniciar um diagnóstico mais amplo do programa Prouni, possibilitando também comparações com outros contextos institucionais do país.

Concluída a fase de aplicação dos questionários, iniciou-se o processo de análise dos dados. Esses foram interpretados utilizando-se o programa SPSS para os dados quantitativos e leitura das informações qualitativas, buscando relacionar ambas as fontes de informações para compreender o quadro social dos bolsistas pesquisados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Universidade Para Todos (Prouni), criado em 2005, oferta bolsas de estudos parciais e integrais nos cursos de graduação de instituições privadas de ensino superior (BRASIL, 2015). Segundo as normas dessa política, para se candidatar às bolsas, o estudante precisa cumprir determinadas exigências, entre elas: obter nota mínima no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem); ter cursado o ensino médio em escola pública (ou



particular com bolsa integral). No caso das bolsas integrais, o estudante deve ter uma renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, enquanto as parciais são destinadas aos alunos com até três salários mínimos. Salienta-se ainda que uma parte das bolsas é reservada para estudantes de baixa renda negros, indígenas ou pessoas com deficiência, de acordo com o percentual dessa população em cada estado.

Os resultados das iniciativas de ampliação do acesso são expressivos, tendo em vista que se registrou um aumento de 96,5% das matrículas no ensino superior entre os anos de 2003 e 2014; sendo que a maior parte desse crescimento ocorreu no setor privado (INEP, 2017). Os resultados na direção da democratização também foram significativos, já que entre as instituições privadas de ensino superior a proporção de estudantes vindos dos dois quintos de rendimentos mais baixos no país passou de 2,9% para 14,8% (IBGE, 2016).

Por outro lado, apesar dos inegáveis avanços no acesso ao ensino superior possibilitados essas políticas, especialmente a do Prouni, ainda nos deparamos com as dificuldades de permanência e conclusão dos estudos pelos estudantes bolsistas. Pesquisas vêm mostrando que muitos estudantes que conseguem ingressar correm risco de trancar a matrícula ou mesmo abandonar o curso antes de sua conclusão, devido a variadas dificuldades de permanência (SANTOS, 2012).

Vários aspectos dificultam a conclusão do processo de formação acadêmica desses estudantes. Um deles consiste nos custos para se manter durante a graduação. Apesar de os estudantes ingressarem em universidades públicas ou receberem bolsas totais para as particulares, a graduação apresenta muitos gastos indiretos, como despesas com transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, livros e fotocópias. Por não conseguirem arcar com elas, muitos acabam optando pelo trancamento ou mesmo pelo abandono do curso. Apesar de o Prouni, por exemplo, prever a possibilidade de fornecer bolsas de permanência, elas estão restritas aos cursos de tempo integral, com mais de cinco horas aula por dia, e têm um valor ainda baixo para custear as necessidades dos alunos ao longo do curso.

Além da questão financeira, há problemas de adaptação, relacionamento com professores e colegas e sentimento de inferioridade, principalmente pela discriminação por serem bolsistas (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2013). Assim, não apenas questões materiais se impõem aos estudantes bolsistas, mas até mesmo de sociabilidade e adaptação às instituições.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O estudo nos permitiu ter uma melhor compreensão do perfil dos estudantes bolsistas. 76% dos estudantes Prouni da universidade recebiam bolsas integrais e 24%, bolsas parciais, sendo responsáveis pelo pagamento do restante de sua mensalidade. Em relação à idade, observou-se que a faixa etária predominante era a de 21 a 25 anos, que representava 44% dos respondentes, seguida pela de 16 a 20 anos, com 34,21%, e pela de 26 a 30, com 11,9% dos respondentes. Aproximadamente 78% dos entrevistados possuíam até 25 anos, expressando uma predominância de estudantes jovens.

O perfil etário dos estudantes Prouni da instituição pesquisada segue a tendência predominante no ensino superior brasileiro e também o perfil dos estudantes Prouni das diferentes universidades do país (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012). Apesar da diversidade de grupos idade, predominavam os estudantes mais jovens enquanto bolsistas na universidade.

A pesquisa constatou que 58,5% dos respondentes se declararam do sexo feminino, seguindo a tendência de predominância feminina no ensino superior brasileiro, mesmo entre os bolsistas do programa (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012). Relatório do último Censo da Educação Superior com dados de 2016, destacou que cerca de 56% dos estudantes matriculados em algum curso presencial no país eram mulheres (INEP, 2017).

Esses dados refletem os ganhos educacionais obtidos pelas mulheres nas últimas décadas. Se durante a década de 60 elas tinham em média somente 1,9 anos de escolarização, frente aos 2,4 anos em média obtidos pelos homens, nos finais da década de 90 essa situação se inverte completamente, de forma que para as mulheres esse número passa para seis anos e para os homens, 5,7 anos (CARVALHO, 2003).

A pesquisa também questionou os estudantes a respeito de sua cor ou raça, utilizando os critérios estabelecidos pelo IBGE. Dos respondentes, 76% se declararam brancos, 18%, pardos e 4%, pretos. Se somarmos pretos e pardos, temos a porcentagem de 22% de estudantes negros enquanto bolsistas.

Historicamente no Brasil existe uma expressiva desigualdade racial no acesso à educação, sendo que as disparidades são ainda acentuadas nos níveis superiores de ensino (DO VALLE SILVA; HASENBALG, 2000; RIBEIRO, 2006). Apesar do crescimento exponencial de matrículas de negros nas universidades nos últimos anos, fruto da expansão do sistema e das políticas de ações afirmativas, essa população ainda se encontra em níveis inferiores de acesso quando comparamos com a população branca.

Dados divulgados pela Pnad de 2014 identificam que entre a população brasileira com ensino superior, 71% seriam brancos, enquanto apenas 29% seriam negros (IBGE, 2017).



Portanto, evidenciou-se uma clara sub-representação da população negra com ensino superior, considerando que em 2015, 53,9% dos brasileiros se declararam como negros (IBGE, 2016).

Questionados a respeito da renda total das pessoas que vivem com o estudante, 73,7% deles declararam uma renda familiar de um a três salários mínimos, enquanto 24,1%, de quatro a seis salários mínimos. Trata-se de um dado esperado, já que os estudantes pesquisados se enquadram no perfil de rendimento previamente definido pela política do programa, que concede bolsas parciais para estudantes com renda familiar per capita menor que três salários mínimos e bolsas integrais para estudantes com renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo.

Foi possível perceber que a maior parte dos bolsistas representava a primeira geração da família a ingressar no ensino superior. Em seguida, 26,5% afirmaram ter irmãos que também frequentaram o ensino superior. Esses dados sustentam a eficácia das políticas de ampliação de acesso ao ensino superior por famílias de origens sociais historicamente excluídas desse nível de ensino, já que mais de 70% dos respondentes não tiveram pais ou mães que frequentaram a educação superior.

Em relação ao rendimento acadêmico, 39,6% dos estudantes disseram que iam bem e 16,2% apontaram que iam muito bem. Já 38,7% reconheceram que poderiam ir um pouco melhor nas disciplinas. Somente 5,3% dos bolsistas apontaram que seu desempenho estava ruim ou muito ruim. Quando questionados sobre as dificuldades vivenciadas no ensino superior, 12,1% deles afirmaram enfrentar muitas dificuldades de aprendizagem. Apesar das limitações desses dados, é possível identificar que os estudantes apresentam uma percepção positiva com relação ao aproveitamento de seus estudos. Essa percepção é confirmada por pesquisas que analisaram o desempenho acadêmico de estudantes bolsistas no Brasil, verificando que eles apresentam notas equivalente aos estudantes não atendidos pelo Prouni durante sua formação (MENDONÇA et al., 2015).

A pesquisa também buscou analisar o grau de satisfação dos estudantes. A estrutura física da universidade foi o requisito com maior proporção de alunos muito satisfeitos, com 33,9%. Em segundo lugar, 22% apontaram o ensino. Em seguida, 18,8% disseram estar muito satisfeitos com os professores e 15,1% com os relacionamentos. A dimensão com mais respostas negativas foi o corpo docente, em que 10,5% dos respondentes disseram estar insatisfeitos e 3,7% muito insatisfeitos.

De forma geral, os dados indicam que os estudantes bolsistas estavam satisfeitos com a formação acadêmica. Ao mesmo tempo, chama a atenção o fato de a maior insatisfação estar relacionada ao corpo docente.



Uma faceta preocupante da implementação das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, incluindo o Prouni, é a garantia de que os estudantes atendidos sejam bem acolhidos pelas instituições, tanto pelos professores como pelos próprios colegas estudantes; questão que outros estudos também dedicados ao Prouni investigaram (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2012).

Apesar de a maioria dos respondentes ter apontado que não percebem qualquer forma de preconceito contra os bolsistas (67,7%), uma proporção considerável dos estudantes respondeu perceber ou ter percebido alguma forma de preconceito: 32,2% dos entrevistados. Destes, 25,1% especificaram que existe uma forma de preconceito velado em relação aos estudantes bolsistas, enquanto 7,1% disseram que ele ocorre de maneira explícita, por meio de comentários ou piadas e na própria interação com os alunos atendidos.

Apesar de a maioria dos alunos pesquisados não ter registrado formas de preconceito na universidade, o número dos que se sentiram discriminados de alguma forma é bastante significativo. Além disso, ele apresenta um recorte racial, pois entre os estudantes negros, a proporção dos que responderam perceber situações de preconceito é superior à dos que negaram, alcançando aproximadamente 58% das respostas – 47,3% percebem de modo velado e 10,6%, de maneira explícita. Assim como os demais bolsistas, a principal origem dessa sensação de discriminação vem dos estudantes.

Os dados até aqui apresentados, sobre a realidade dos estudantes bolsistas, nos faz refletir sobre as práticas educativas docentes e institucionais na relação com esses sujeitos. Entendendo, prática educativa, assim como Caldeira e Zaidan (2010), como uma prática social complexa. Esta, que acontece nos diferentes espaços e tempos, no cotidiano dos sujeitos envolvidos, e mediada pela interação desses sujeitos com o conhecimento.

Com frequência, ao se discutir a respeito da realidade social dos estudantes bolsistas no ensino superior, corre-se o risco de cair em concepções que assumem somente o ponto de vista institucional, entendendo que cabe somente aos próprios alunos se adaptarem aos padrões tradicionais de ensino da universidade, percebida como uma instituição estanque, naturalizada.

Neste trabalho, assumimos um olhar diferente. Entendemos que o ensino superior, assim como a educação de forma geral, deve estar em constante transformação. O ensino superior nacional (tanto no setor privado como no público) tem recebido nos últimos anos grupos de estudantes com perfis sociais muito diferentes daqueles a que a tradição universitária se adaptou. Em sua maioria vindos das camadas populares, são alunos que se veem obrigados a conciliar estudos e trabalho, vindos de cidades ou estados distantes e, pelas



dificuldades materiais, encontram restrições para o tempo de estudar, de se alimentar, de usufruir de atividades culturais e de lazer. Por virem também das escolas públicas de educação básica, que apresentam insuficiências quanto à infraestrutura, estabilidade do corpo docente, entre outras, esses estudantes ingressam na universidade com dificuldades de acompanhamento do conteúdo acadêmico.

Compreendendo esse contexto, a inserção de novos perfis de estudantes no ensino superior, sejam eles bolsistas ou não, instiga os docentes a pensarem sua própria atuação profissional (ARROYO, 2012). Da mesma forma, o novo olhar docente sobre os estudantes bolsistas também pode instigar-nos a repensar o olhar sobre seus outros estudantes não bolsistas.

Estas reflexões, reafirmam o compromisso de uma prática educativa e pedagógica contextualizada e alinhada a um compromisso de sociedade e formação profissional. Apesar dos avanços educacionais significativos alcançados nos últimos anos, não podemos negar a persistência de sérios desafios para realizar uma concreta democratização do acesso ao ensino superior brasileiro. Um primeiro ponto se refere ao fato de que permanece uma sub-representação de alunos negros atendidos pelo programa com relação à proporção dessa população no estado. Isso reforça as observações de que as barreiras raciais de acesso ao ensino superior ainda são muito significativas (VALLE SILVA; HASENBALG, 2000), reforçando a necessidade de oferecer uma política que inclua o acesso desses estudantes nas instituições privadas por meio do Prouni.

Um segundo desafio se refere ao fato de o ensino superior não poder prescindir de mecanismos que garantam condições de permanência aos bolsistas. Vários aspectos dificultam a conclusão do processo de formação acadêmica desses estudantes. Um deles consiste nos custos para se manter durante a graduação. Apesar de ingressarem em universidades públicas ou receberem bolsas totais para as particulares, a graduação apresenta muitos gastos indiretos, como despesas com transporte, alimentação, compra de materiais didáticos, livros e fotocópias. Por não conseguirem arcar com elas, muitos acabam optando pelo trancamento ou mesmo pelo abandono do curso. Apesar de o Prouni prever a possibilidade de fornecer bolsas de permanência, elas estão restritas aos cursos de tempo integral e têm um valor ainda baixo para custear as necessidades dos alunos ao longo do curso.

Além da questão financeira, há problemas de adaptação, relacionamento com professores e colegas e sentimento de inferioridade, principalmente pela discriminação por serem bolsistas (OLIVEIRA; CONTARINE; CURY, 2012; SANTOS, 2013). Como



abordamos ao longo do trabalho, muitos estudantes beneficiados pelo programa representam a primeira geração da família a ingressar no ensino superior, podendo enfrentar dificuldades adicionais por serem menos familiarizados com o contexto universitário. Assim, não apenas questões materiais se impõem aos estudantes bolsistas, mas até mesmo de sociabilidade e adaptação às instituições.

Mais um aspecto, intimamente relacionado à prática docente, consiste nas dificuldades de aprendizagem que caracterizam o percurso acadêmico de muitos bolsistas, repercutindo não apenas no desafio de ser aprovado nas disciplinas, como também na constituição de hábitos de estudos. Vindos das camadas populares, muitos desses alunos estão pouco familiarizados com a lógica escolar do ensino superior (THIN, 2006). Tendo realizado a maior parte de sua trajetória escolar na educação pública, estão despreparados academicamente para um currículo que pressupõe certos conhecimentos que não foram adquiridos por esses estudantes na educação básica. Esse é um desafio comum a todo sistema de ensino superior que se expande. Como observa Coulon (2008), situação semelhante foi identificada no contexto francês ao longo de sua expansão na década de 90. Assim, ele propõe a formulação de programas ou oficinas extracurriculares que procurem não apenas auxiliar a aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, mas também ensinar o estudante a aprender, isto é, elaborar estratégias de organização do tempo, de seleção e interpretação do conteúdo, aperfeiçoamento da escrita etc.

Em meio a tantas faltas (tempo, dinheiro, base de conteúdos, cultura, saúde), observadas durante a pesquisa e a convivência com os estudantes bolsistas, foi possível constatar a postura ativa desses jovens na tentativa de superação das dificuldades. Organizam grupos de carona, tiram fotos com o celular dos textos que não têm dinheiro para copiar em papel, trazem comida de casa pedindo para esquentar nas lanchonetes da faculdade, estudam em pé nos ônibus, moram “de favor” na casa de amigos ou parentes, entre muitas outras. No contexto de uma política pública que não oferece recursos suficientes para a permanência desses sujeitos, eles se desdobram em estratégias na tentativa de tirar o melhor proveito de sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos auxiliou a ampliar o olhar sobre os estudantes prounistas. Ao analisarmos os dados constatamos que se trata de estudantes, em sua maioria, jovens, pobres e muitas vezes representantes da primeira geração a acessar o ensino superior. Muitos deles



trabalham, responsabilidade essa que se soma às suas atividades diárias de aulas, estágios obrigatórios e deslocamentos pela cidade.

Amplamente discutido durante a publicação, muitas são as dificuldades enfrentadas por esses sujeitos, como as passagens de ônibus, a alimentação, a compra de materiais e realização de cópias etc. Boa parte dessas dificuldades têm em comum o aspecto financeiro. Já outros desafios perpassam outras dimensões, como a percepção de situações de preconceito, o não aproveitamento integral das atividades oferecidas na comunidade universitária, ou os desafios de acompanhar disciplinas que exigem um conhecimento prévio muitas vezes não adquirido na educação básica.

Em algumas das questões analisadas, fica a sensação do estudante de não estar vivenciando sua formação de maneira plena, não conseguindo participar de pesquisas, grupos de estudos, cursos de extensão, palestras, cursos de línguas, entre muitas outras. Nessas dificuldades, a tríade de falta de tempo, falta de dinheiro e falta de informação se articulam nos impedimentos vivenciados por esses sujeitos.

Nos desafios enfrentados por esses jovens, os cuidados com a saúde, as atividades de lazer e as vivências culturais ficam em segundo ou terceiro plano. O resultado é que aspectos fundamentais para uma formação integral são deixados de lado. Perante tantos desafios, as taxas de evasão e desistência são significativas.

Ao mesmo tempo, apesar dessas e de muitas adversidades, entendemos que o Prouni tem aberto as portas para uma parcela significativa da população jovem brasileira, que sem o programa não estaria cursando o ensino superior. Mesmo com tantas dificuldades, muitos estudantes têm se formado, conseguido uma inserção profissional decorrente de sua graduação e, em muitos casos, feito planos futuros que se articulam a uma perspectiva de formação continuada.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espacos educativos. Porto Alegre: Penso Editora, 2012. p. 33-45.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO **Manual do Bolsista Prouni**. 2015. Brasília: MEC/Sesu/Dipes – Coordenação Geral de Projetos Especiais para a Graduação, 2015. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/manual_bolsista_prouni.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2018.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

CALDEIRA, A.M.S.; ZAIDAN, S. Prática pedagógica. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

CARVALHO, Marília Pinto de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Edefba, 2008.

DO VALLE SILVA, Nelson; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, 2000.

INEP. **Resumo técnico** – Censo da Educação Superior: 2014. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9162&t=destaques>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36)

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2017. Rio de Janeiro: IBGE/ Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 37)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação superior 2016** – Principais resultados. Brasília: INEP, 2017.

MENDONÇA, Claudio Marcio Campos et al. Políticas de acesso à educação superior e desempenho de alunos bolsistas: O caso de uma universidade privada de Natal/RN. **RAUnP**, v. 7, n. 2, p. 15-29, 2015.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; CONTARINE, Marina Lindaura Maranhã; CURY, Carlos Roberto Jamil. Prouni: análise de uma política pública no âmbito da PUC Minas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, n. 1, 2012.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

SANTOS, C. T. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PUCRio. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.** v. 93, n. 235, p. 770-790, 2012.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do Prouni na PUC-Rio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 235, 2013.



IV CINTEDI

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 211, 2006.